

1º SIMULADO INÉDITO PARA
PGE PB



Estratégia
Carreira Jurídica

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PGE-PB;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames de Procuradorias;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-PGE-PB-09-11>

Cartão de Respostas																			
1		11		21		31		41		51		61		71		81		91	
2		12		22		32		42		52		62		72		82		92	
3		13		23		33		43		53		63		73		83		93	
4		14		24		34		44		54		64		74		84		94	
5		15		25		35		45		55		65		75		85		95	
6		16		26		36		46		56		66		76		86		96	
7		17		27		37		47		57		67		77		87		97	
8		18		28		38		48		58		68		78		88		98	
9		19		29		39		49		59		69		79		89		99	
10		20		30		40		50		60		70		80		90		100	

PROVA OBJETIVA

Direito Administrativo

Questão 1

Determinado Estado da Federação necessita realizar obras para construção, ampliação e aprimoramento de estabelecimentos penais, tais como penitenciárias. Nesse sentido, tal contratação pode ser viabilizada, segundo a Lei Federal nº 8.666/93:

- a) somente por meio de empreitada integral, sendo vedada o regime de execução por preço global.
- b) a modalidade licitatória cabível deve necessariamente ser a concorrência, independentemente do valor da contratação.
- c) é possível realizar dispensa de licitação.
- d) é vedada a celebração de convênio entre entes da Federação a fim de viabilizar tais obras.
- e) consórcios de empresas não devem participar dessa licitação, por expressa vedação legal.

Questão 2

O prefeito de um determinado Município contratou, mediante dispensa de licitação, sociedade empresária de notória especialização para prestação de serviços técnicos de gerenciamento de obras. Pode-se afirmar que se trata de um serviço de natureza singular. A contratação ocorreu pelo preço total de R\$100.000,00 (quinhentos mil reais), valor que se mostrou compatível com o de mercado. No caso em tela, a conduta do Município está:

- a) errada, porque deveria a contratação necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade concorrência.
- b) correta, porque o Município poderia escolher entre dispensa e inexigibilidade de licitação;
- c) errada, porque seria a hipótese de inexigibilidade e não de dispensa de licitação;
- d) errada, porque deveria a contratação necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade tomada de preços

e) correta, porque realmente é hipótese de dispensa de licitação prevista em lei;

Questão 3

Considerando a disciplina sobre a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) A Ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário, observado o prazo de trinta dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.
- b) Com periodicidade mínima semestral, cada Poder e esfera de Governo publicará quadro geral dos serviços públicos prestados, que especificará os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização e a autoridade administrativa a quem estão subordinados ou vinculados.
- c) Agente pública é a pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público.
- d) São direitos básicos do usuário a igualdade no tratamento, vedado qualquer tipo de discriminação.

e) Uma das diretrizes a serem observadas pelos agentes públicos e prestadores de serviços públicos é a atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade.

Questão 4

No que tange aos contratos celebrados pela Administração Pública e seu regime jurídico, a Lei confere as prerrogativas a seguir listadas ao Poder Público, exceto:

- a) modificação unilateral para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- b) rescisão unilateral nos casos de alteração social ou de modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.
- c) fiscalizar a execução.

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

e) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

Questão 5

Em se tratando da modalidade de licitação denominada pregão, a Lei nº 10.520, de 2002, com base no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, fixou que o prazo de validades das propostas será de:

- a) 30 dias, se outro não estiver fixado no edital.
- b) 60 dias, se outro não estiver fixado no edital.
- c) 30 dias, se outro não estiver fixado no convite.
- d) 60 dias, se outro não estiver fixado no convite.
- e) 90 dias, se outro não estiver fixado no instrumento convocatório.

Questões 6

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições.
- b) É vedada a cumulação tríplice de vencimentos e/ou proventos, ainda que a investidura nos cargos públicos tenha ocorrido anteriormente à EC 20/1998.
- c) A contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

d) Existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, autorizado na legislação brasileira.

e) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

Questão 7

No que tange ao processo administrativo para apuração da responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, pode ser afirmado que:

- a) será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 1 (um) ou mais servidores estáveis.
- b) a comissão pode cautelarmente suspender os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.
- c) será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 3 (três) servidores, sendo, no mínimo, 2 (dois) estáveis.
- d) no processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 10 (dez) dias para defesa, contados a partir da intimação.

e) a comissão deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas.

Questão 8

A doutrina aponta que processo administrativo é uma série de atos encadeados, obedecendo a uma ordem previamente estabelecida pela lei, com uma finalidade específica que enseja a prática de um ato final. Nesse sentido, a Lei nº 9.784/99 prevê que serão observados, nos processos administrativos, o princípio:

- a) da impulsão do processo administrativo pelos interessados.

b) do atendimento a fins de interesse geral, permitida a renúncia de competências.

c) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o fim público, inclusive com aplicação retroativa de nova interpretação.

d) divulgação oficial dos atos administrativos, sendo absolutamente vedado o sigilo de informações públicas.

e) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

Questão 9

Marque a alternativa que defina corretamente a característica dos bens públicos mencionada:

a) imprescritibilidade: os bens públicos podem ser adquiridos por usucapião.

b) impenhorabilidade: os bens públicos não se sujeitam a penhora a fim de garantir débitos das entidades públicas.

c) alienabilidade: os bens públicos podem ser alienados pela Administração, independentemente de previsão legal, bastando observar o valor de mercado.

d) onerabilidade: os bens públicos sempre podem ser dados como garantia pela entidade pública ao credor de maneira a garantir a obrigação;

e) disponibilidade: os bens públicos, como regra, são disponíveis, de modo a permitir que o atual gestor público deles disponha.

Questão 10

A doutrina menciona cinco requisitos necessários à formação do ato administrativo: competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Das alternativas a seguir, qual não se demonstra verdadeira no tocante a tais requisitos?

a) Objeto: o objeto do ato administrativo diz respeito ao seu próprio conteúdo.

b) Competência: o ato administrativo deve ser praticado por agente que detenha o poder legal para realizá-lo.

c) Forma: o ato administrativo pode ser exteriorizado sem qualquer formalidade, com base no preceito da instrumentalidade das formas.

d) Finalidade: o ato administrativo somente pode ser realizado se visar ao interesse público.

e) Motivo: o ato administrativo deve ser fundamentado em um pressuposto de fato e de direito que exige a sua prática.

Questão 11

Em relação ao ingresso de cidadãos no serviço público, analise e julgue as proposições a seguir:

I) No caso de extinção do cargo público, o servidor efetivo não estável terá assegurada a sua permanência no serviço público.

II) O candidato que possui qualificação superior à exigida no edital está habilitado a exercer o cargo a que prestou concurso público, nos casos em que a área de formação guardar identidade.

III) É absolutamente vedado o ingresso de cidadãos estrangeiros no serviço público brasileiro, pois cargos públicos somente podem ser providos por brasileiros natos ou naturalizados.

IV) É inconstitucional a transposição de cargos públicos, em que os integrantes de uma carreira são remanejados para uma outra carreira existente.

Estão corretas:

A) I e II

B) II e III

C) I e III

D) III e IV

E) II e IV

Questão 12

Considerando o que disciplina a Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), assinale a alternativa incorreta.

- a) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- b) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- c) A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- d) Não se submete ao regime da Lei das Estatais, a sociedade de propósito específico, ainda que seja controlada por empresa pública ou sociedade de economia mista.
- e) É a União proibida de realizar transferência voluntária de recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios que não fornecerem ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins as informações relativas às empresas públicas e às sociedades de economia mista a eles vinculadas.

Questão 13

O Prefeito Municipal celebrou instrumento jurídico por meio do qual foi formalizada parceria estabelecida pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela própria administração pública e que vão envolver a transferência de recursos financeiros. Este instrumento jurídico é denominado:

- a) Termo de Fomento
- b) Acordo de Cooperação
- c) Termo de Colaboração

- d) Contrato de Gestão
- e) Termo de Parceria

Gabarito: C

Comentário: De acordo com a Lei nº 13.019, de 2014, tem-se que:

VII - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Questão 14

Analise as assertivas a seguir acerca das Parcerias Público-Privadas.

I – É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

II – É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos.

III – É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

IV - Concessão administrativa é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão incorretas.
- c) Estão corretas a II e a III.
- d) Estão corretas a I e a IV.
- e) Estão corretas a I, a II e a III.

Questão 15

Quanto ao Direito Administrativo previsto no Plano Constitucional, assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na própria Constituição.
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- c) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

e) São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou de terceiros.

Questão 16

Acerca do tema intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa incorreta, tendo por fundamento a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

a) Incide imposto de renda sobre os valores indenizatórios recebidos pelo particular em razão de servidão administrativa instituída pelo Poder Público.

b) Nas hipóteses em que ficar demonstrado que a servidão de passagem abrange área superior àquela prevista na escritura pública, impõe-se o dever de indenizar, sob pena de violação do princípio do justo preço.

c) É indevido o direito à indenização se o imóvel expropriado foi adquirido após a imposição de limitação administrativa, porque se supõe que as restrições de uso e gozo da propriedade já foram consideradas na fixação do preço do imóvel.

d) A indenização pela limitação administrativa ao direito de edificar, advinda da criação de área non aedificandi, somente é devida se imposta sobre imóvel urbano e desde que fique demonstrado o prejuízo causado ao proprietário da área.

e) Inexistindo ofensa à harmonia estética de conjunto arquitetônico tombado, não há falar em demolição de construção acrescida.

Direito Constitucional

Questão 17

A respeito do conceito, origem, formação, objeto, fontes e relações com outros ramos do Direito, indique a única afirmativa correta a respeito do Direito Constitucional:

a) A Constituição Federal embora seja a fonte suprema do Direito Constitucional, não é a única. Doutrina e jurisprudência também produzem, ainda que de modo acessório, normas jurídicas destinadas à organização do Estado. Entretanto, a partir do constitucionalismo moderno, momento em que foi consagrado o modelo de constituições escritas, não mais se admitiu o costume como fonte do Direito Constitucional.

b) A palavra Constituição é recente, surgiu entre os Séculos XVI e XVII, após as Guerras Religiosas. Todavia, desde a Antiguidade, tem-se a ideia de Constituição (concepção de organização de uma sociedade), mesmo sem leis escritas, como foi o caso dos Hebreus, por exemplo, que buscavam nas tábuas dos mandamentos e na orientação dos profetas as normas de sua organização.

c) Ferdinand Lassalle, precursor da social democracia alemã, defendeu ser a Constituição uma decisão política fundamental, um conjunto de opções políticas de um Estado, e não um reflexo da sociedade.

d) De acordo com o sentido Jurídico idealizado por Hans Kelsen, a Constituição consiste num sistema de normas jurídicas que regulam outras normas e dão validade a todo o ordenamento jurídico. A validade do Direito posto, nessa concepção jurídica, prima pela aceitação de valores sociais e morais de uma comunidade.

e) As normas da atual Constituição brasileira são materialmente e formalmente constitucionais.

Questão 18

A respeito da eficácia das normas constitucionais, nos termos da clássica definição de José Afonso da Silva, indique a assertiva que contenha norma constitucional de eficácia contida:

a) “Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (art. 5º, inciso III, da CF).

b) “Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos” (art. 230, § 2º, da CF).

c) “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (art. 5º, XV, da CF).

d) “A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública” (art. 88 da CF).

e) “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacidade tecnológicas” (art. 218 da CF).

Questão 19

A respeito do poder derivado reformador, indique a alternativa correta.

a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.

b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços em cada turno em cada Casa.

c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

d) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.

e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

Questão 20

A respeito dos princípios fundamentais enumerados no primeiro título da Constituição Federal, indique a única alternativa que contém informação INCORRETA:

a) Plebiscito, referendo e iniciativa popular são exemplos de formas de exercício direto da soberania popular no Brasil. A iniciativa popular, no âmbito federal, requer a manifestação de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, dividido por pelo menos cinco estados da federação, tendo cada um deles três décimos por cento de seu eleitorado.

b) A indissolubilidade do vínculo federativo está expressa na Constituição Federal. Por se tratar de limitação material ao poder de reforma da Constituição, nem mesmo por emenda será possível admitir que Estados, Municípios e Distrito Federal possam se desvincular da República Federativa do Brasil.

c) Soberania, cidadania, prevalência dos direitos humanos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.

d) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e regionais são objetivos da República Federativa do Brasil.

e) A concessão de asilo político não é um direito fundamental e não gera ao estrangeiro o direito subjetivo ao seu recebimento no Brasil, ainda que esteja sofrendo perseguição política em seu país.

Questão 21

Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos contidos no artigo 5º da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, indique a única alternativa que contém informação correta:

a) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o percentual mínimo de 30% para candidatura de mulheres que deve ser observado pelos partidos políticos quando do registro de candidaturas deve também ser refletido na distribuição de recursos do Fundo Partidário. Na hipótese de o percentual de candidatas, por partido, superar a trinta por cento, a destinação do Fundo Partidário deverá

guardar proporcionalidade (se 35% de mulheres, 35% do Fundo e assim por diante).

b) A reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos para negros contida na Lei 12.990/2014, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, é compatível com o princípio da igualdade material, uma vez que fundada na superação do racismo estrutural e institucional ainda existente na sociedade brasileira. Para o Tribunal, a referida lei não se aplica apenas ao Executivo, mas a toda a Administração Pública (federal, estadual e municipal) quer seja no âmbito do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público ou das Forças Armadas.

c) É inconstitucional a fixação de segunda chamada em etapa de concurso público em razão de situações pessoais do candidato, porque a impessoalidade e o interesse público devem reger a Administração Pública. Dessa forma, candidatas gestantes não terão direito à remarcação de exame de aptidão física em concurso público.

d) O exame psicotécnico poderá ser exigido como condição de habilitação de candidato a cargo público, sendo suficiente estar previsto no edital como etapa avaliativa.

e) A obrigatoriedade do visto de advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas fere a liberdade associativa.

Questão 22

Dentre os direitos sociais abaixo, indique a alternativa que contém aquele que não foi estendido pela Constituição Federal, expressamente, ao trabalhador doméstico:

a) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

b) Fundo de garantia do tempo de serviço.

c) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

d) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

e) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Questão 23

A respeito dos direitos de nacionalidade, escolha a única alternativa correta:

- a) É defeso que brasileiro naturalizado ocupe vaga de deputado federal.
- b) Maria é espanhola e reside no Brasil há sete anos. Está casada com João, brasileiro nato, há cinco anos. Tomando-se por base a legislação brasileira e considerando que Maria se casou no Brasil e que não há nada que possa ferir a sua reputação, é possível concluir que Maria adquiriu, no momento de seu casamento, a nacionalidade brasileira, a partir da aplicação do critério *jure matrimonii*.
- c) A Constituição Federal admite expressamente em seu texto hipóteses de naturalização tácita e de naturalização expressa.
- d) Bené nasceu em Moçambique no ano de 1999, tendo vindo residir no Brasil em fevereiro de 2018, ano em que lhe foi concedido registro permanente. Sabendo que Bené manteve residência ininterrupta no Brasil e que não há nada que possa macular a sua reputação, é possível afirmar que o moçambicano ainda não preenche os requisitos para requerer, em novembro de 2019, a naturalização brasileira.
- e) Giovanni é italiano e reside legalmente no Brasil há dezessete anos ininterruptos. Tendo sido recebido no País aos dezoito anos, estudou em universidade brasileira e conquistou o título de “bacharel em direito”. Giovanni foi aprovado no concurso para analista judiciário do Supremo Tribunal Federal. Surpreendido com o resultado de seu esforço e desejando obter a nacionalidade brasileira, o italiano requereu a naturalização brasileira. Sabendo que Giovanni não tem condenação criminal, poderá o vitorioso concursando tomar posse no cargo para o qual logrou êxito no certame público, porque a portaria de formal reconhecimento da naturalização, expedida pelo Ministro da Justiça, é de caráter meramente declaratório, de maneira que seus efeitos retroagirão à data do requerimento do interessado.

Questão 24

A respeito dos direitos políticos, à luz da Constituição Federal e da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a única assertiva correta:

- a) Os direitos políticos negativos são aqueles consubstanciados em normas que asseguram a participação do indivíduo no processo político.
- b) João é prefeito do Município de Formosa, Goiás. Em razão de estar no segundo mandato consecutivo de prefeito, não poderá concorrer nas próximas eleições (2020) a um terceiro mandato consecutivo. Todavia, desde que renuncie com pelo menos seis meses de antecedência das eleições, poderá concorrer, em 2020, a prefeito de Goiânia, também Município de Goiás.
- c) Em março de 2012, o prefeito do Município de Belas Flores, no exercício do primeiro mandato, faleceu, tendo sido sucedido pelo vice-prefeito. Em outubro de 2012, Maria, viúva do ex-prefeito, foi eleita prefeita daquele Município. Em outubro de 2016, Maria tentou se reeleger e foi impedida pela Justiça Eleitoral, que indeferiu a sua candidatura, sob fundamento de configuração de terceiro mandato consecutivo do mesmo grupo familiar. Agiu corretamente a Justiça Eleitoral, pois a teor da Súmula Vinculante 18, o fim da sociedade conjugal no curso do mandato não fastia a inelegibilidade.
- d) Céu Azul é Município do Estado da Bahia, que surgiu do desmembramento do Município Céu Estrelado. Maria é casada com João, prefeito do Município Céu Estrelado, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. Sabendo que é inelegível no Município em que seu esposo exerce mandato eletivo, Maria pretende concorrer ao cargo de prefeita do Município de Céu Azul, em razão de ser muito próximo ao lugar em que mora e pelo fato de possuir muitas amigas naquela cidade. Assim, não há impedimento de que Maria concorra ao cargo que almeja, pois a inelegibilidade reflexa só alcança os cargos de prefeito e vereador do Município em que seu cônjuge exerce mandato.
- e) João é filho de José, prefeito de determinado Município. João e José não se falam há oito anos e têm inimizade declarada. João é filiado a partido político rival de seu pai e pretende concorrer, nas

eleições em que seu pai disputará à reeleição, ao mandato de prefeito daquele Município. Sendo João parente em primeiro grau de titular de mandato eletivo, não poderá concorrer a cargo eletivo na área de atuação do prefeito, independentemente de manter ou não relação de amizade ou de afeto com o pai.

Questão 25

Em decorrência de princípio federativo, União, Estados, Distrito Federal e Municípios detêm competências legislativas. A respeito da repartição de competências entre os entes federativos, indique a assertiva INCORRETA:

a) Lei distrital que assegura aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino o direito à “meia entrada”, isto é, desconto de 50%, é inconstitucional, porque invade a competência da União para legislar sobre Direito Civil.

b) Um eventual conflito entre leis federais, estaduais e municipais deve ser resolvido a partir das competências repartidas pela Constituição Federal aos entes federativos, pois não há hierarquia entre leis. A definição da prevalência de uma lei sobre a outra depende da competência legislativa, tendo em vista que, nos termos da jurisprudência do STF, a usurpação da competência legislativa por qualquer das pessoas estatais implica em transgressão constitucional.

d) Na competência legislativa concorrente, cabe aos Estados e ao Distrito Federal o cumprimento das normas gerais estabelecidas pela União e o acréscimo das questões específicas mediante suplementação da lei federal. Embora os Municípios não tenham competência concorrente expressa com a União, poderão suplementar, no que couber, a lei federal e a lei estadual.

e) A forma federativa de Estado é cláusula pétrea da Constituição Federal, razão pela qual não poderá ser abolida nem por Emenda Constitucional. Por conseguinte, será inconstitucional a realocação de competências administrativas e legislativas que subvertam o núcleo essencial do princípio federativo.

Questão 26

Acerca da Organização dos Poderes, indique a única assertiva correta:

a) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, será exercida pelo Tribunal de Contas da União, mediante controle externo.

b) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

c) O Tribunal de Contas da União (TCU) não tem competência para fiscalizar o Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que cabe a este tribunal o julgamento de mandado de segurança contra ato do TCU.

d) O Advogado Geral da União poderá, mediante delegação do Presidente da República, fazer a comutação de penas, observado o regramento constitucional e legal.

e) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade.

Questão 27

A respeito do Poder Judiciário, conforme disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta:

a) João é brasileiro naturalizado, tem 58 anos de idade, é advogado há mais de 25 anos. De posse das informações, é possível afirmar que João preenche, em tese, os requisitos para ser Desembargador de TRT e do TRF, bem como Ministro do STJ. Todavia, João não preenche os requisitos para ser Ministro do STF.

b) João interpôs recurso de apelação para combater uma sentença em uma ação de despejo que sofrera. O TJDF julgou o recurso improcedente e acabou julgando válida lei local em detrimento de uma lei federal acerca da matéria.

Nesse caso, João poderá se valer de recurso especial, da competência do STJ, para desfazer o acórdão do TJDFT.

c) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.

d) Compete aos juízes do trabalho o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

e) Tupirá é índio integrante da tribo dos Tupinambás. Certo dia, Tupirá, depois de sair da escola municipal em que estudava, rumou a um bar para beber cerveja com amigos. Após um desentendimento com João, jovem que também estava no bar, desferiu-lhe uma flechada certeira no coração e João veio a óbito. Considerando o caso exposto e o que diz a Constituição Federal a respeito do tema, é correto afirmar que compete aos juízes federais o julgamento da causa, porque diz respeito a interesse da população indígena.

Questão 28

A respeito das Funções Essenciais à Justiça, aponte a assertiva correta, nos termos da Constituição Federal.

a) O Ministério Público abrange os Ministérios Públicos dos Estados e o Ministério Público Federal, que compreende: o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução apenas.

c) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

d) O ingresso na carreira da Defensoria Pública se dá mediante concurso público de provas e de títulos acompanhado pela Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.

e) Aos magistrados e aos integrantes do Ministério Público, a Constituição Federal assegura a garantia

de inamovibilidade. Todavia, os defensores públicos, embora tenham a garantia de irredutibilidade de subsídio e de vitaliciedade, não gozam de inamovibilidade.

Questão 29

Sobre os mecanismos de controle de constitucionalidade no Brasil, indique a alternativa INCORRETA:

a) A declaração de inconstitucionalidade parcial feita pelo Poder Judiciário pode recair em palavras, artigos, partes de incisos, alíneas e frases.

b) De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, a técnica da declaração parcial de nulidade sem redução de texto é feita quando constatada a existência de uma regra legal inconstitucional que, em razão da redação dada à lei, não tem como ser excluída sem que a supressão provoque um resultado indesejável. Assim, nenhuma palavra é retirada do texto legal, mas a aplicação de parte da lei, para determinadas pessoas ou sob determinadas circunstâncias, é declarada inconstitucional.

c) O Poder Legislativo realiza controle preventivo de constitucionalidade por meio do “veto legislativo”. Quando o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, susta os atos normativos do Poder Executivo que exorbitam do poder regulamentar, realiza controle de constitucionalidade, mas não faz declaração de inconstitucionalidade, apenas a sustação da eficácia ato do Executivo, motivo pelo qual o decreto legislativo não produz efeitos retroativos.

d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, os tribunais de contas possuem competência para realizar controle incidental de constitucionalidade de atos normativos, de forma que podem afastar aqueles considerados inconstitucionais, não obstante o fato de as suas decisões poderem ser revistas pelo Judiciário.

e) Por força do princípio da reserva de plenário, juiz singular não tem competência para declarar inconstitucionalidade de lei.

Questão 30

A respeito da Ordem Social, aponte a alternativa correta:

- a) O Sistema Único de Saúde é constituído de ações e serviços públicos de saúde que têm por diretrizes a descentralização, com direção única em cada esfera de governo, o atendimento integral e a participação da comunidade.
- b) A assistência social será prestada a quem for contribuinte da seguridade social. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes, e organizadas com base na descentralização político-administrativa e na participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- c) A educação básica deverá ser prestada gratuitamente a todos, inclusive aos que a ela não tiveram acesso na idade própria. Assim como a educação básica, o ensino médio gratuito constitui direito público subjetivo.
- d) A demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios deve ser feita pelos Estados-membros, observado o disposto em lei federal, de forma a respeitar a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições das populações indígenas.
- e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bens da União, são destinadas à posse permanente dos índios, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, do subsolo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Legislação Administrativa Estadual

Questão 31

A respeito das disposições da Constituição Estadual da Paraíba sobre a Organização dos Poderes, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Constituição do Estado pode ser emendada por proposta de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por um por cento dos eleitores estaduais, distribuídos, no mínimo, em um décimo dos Municípios, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução é uma competência privativa e indelegável do Governador do Estado.
- c) É vedado ao Estado criar um Tribunal de Contas do Estado e um Tribunal de Contas dos Municípios, sendo possível, porém, que cada Município crie o seu próprio Tribunal de Contas Municipal.
- d) Para que o Governador do Estado possa responder a processo penal em razão de cometimento de crime, deve haver autorização da Assembleia Legislativa para o recebimento de denúncia ou queixa-crime.
- e) Os períodos legislativos foram fixados de acordo com a Constituição Federal, isto é, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

Questão 32

Sobre as disposições da Constituição Paraibana sobre a Advocacia-Geral do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São princípios institucionais inerentes à Advocacia do Estado: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Assim, a Procuradoria-Geral do Estado possui autonomia financeira;
- b) Aos Procuradores do Estado é vedado o exercício da advocacia fora da Procuradoria-Geral do Estado;
- c) A nomeação do Procurador-Geral do Estado, cargo em comissão de chefia da Procuradoria do Estado, é de livre nomeação pelo Governador.

d) O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado é um órgão de fiscalização da atividade profissional dos Procuradores do Estado.

e) A Advocacia-Geral do Estado é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação e a prestação da assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados na forma da lei, em todos os graus de jurisdição.

Questão 33

A Lei Complementar do Estado da Paraíba nº 58, de 30 de dezembro de 2003, dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba. Com base no disposto nessa lei, considere a seguinte situação hipotética:

Fábio, Fernanda e Beatriz são servidores públicos do Estado da Paraíba.

Fábio, no exercício de seu cargo, recusou fé a documentos públicos legitimamente expedidos; Fernanda reincidiu na ausência ao serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, mesmo após ter sido advertida por escrito quando cometeu a primeira proibição.

Beatriz utilizou recursos materiais da repartição em serviços e atividades particulares.

Considerando as situações acima mencionadas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Fábio e Fernanda serão punidos com demissão; Beatriz será punida com advertência por escrito;
- b) Fábio e Fernanda serão punidos com suspensão; Beatriz será punida com demissão;
- c) Fábio não cometeu ato proibido aos servidores; Fernanda e Beatriz serão punidas com demissão.
- d) Fábio será punido com advertência por escrito; Fernanda será punida com suspensão; Beatriz será punida com demissão.
- e) Todos serão suspensos por até 90 dias, cada um na proporção da gravidade de suas condutas.

Questão 34

A Lei Complementar do Estado da Paraíba nº 86, de 1º de dezembro de 2008, dispõe sobre a Lei orgânica da Procuradoria Geral do Estado e

instituiu o Estatuto dos Procuradores do Estado. A respeito dessa lei, assinale a alternativa CORRETA:

a) Em razão da autonomia intelectual de que dispõem os Procuradores do Estado, nos casos em que entender incabíveis recursos ou medidas judiciais, basta não os fazer.

b) Ao tomar posse, os Procuradores do Estado submetem-se a dois estágios: o de adaptação e o probatório.

c) É uma das garantias do procurador do Estado ser ouvido, como testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente ajustados com o Juiz ou a autoridade competente.

d) Promover-se-á a sindicância para a apuração de fatos irregulares no serviço público e também como preliminar do processo administrativo disciplinar. Na sindicância devem ser rigorosamente respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa, ante a possibilidade de sua conclusão ensejar penalidade ao servidor.

e) É uma das funções institucionais da Procuradoria Geral do Estado transigir, desistir, fazer acordo, firmar compromisso, confessar, receber e dar quitação, nas ações em que o Estado figure como parte, independentemente de autorização do Governador.

Direito Tributário

Questão 35

Um município notificou determinada instituição educacional, com fins lucrativos, a pagar IPTU referente a fato gerador ocorrido em 2018, em razão da propriedade de um terreno localizado no centro da cidade, o qual é utilizado como estacionamento pago. O fisco municipal cobrou da entidade, além dos juros e correção monetária, multa moratória no percentual de 20% sobre o valor principal. Em 2019, foi publicada a Lei Municipal 12.000/2019, que reduziu a multa moratória para 10% sobre o valor do débito. Na época da edição da nova lei, o processo administrativo fiscal ainda tramitava, porque a instituição recorreu da decisão que manteve o Auto de Infração. Com base nas informações acima e na legislação vigente, é correto afirmar que:

- a) Aplica-se ao caso uma hipótese de imunidade tributária, razão pela qual inexistente relação jurídica que obrigue a entidade educacional a pagar os valores cobrados pela municipalidade.
- b) É vedada a cobrança dos juros e da multa de 20% cumulativamente, pela ocorrência do bis in idem.
- c) A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 20%, prevista na legislação vigente à época do fato gerador.
- d) A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 10%, prevista na Lei Municipal 12.000/2019.
- e) A entidade educacional deve pagar o valor da obrigação principal acrescido de multa no percentual de 10%, sendo ilegal a exigência de juros moratórios.

Questão 36

De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte
- b) Não incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público

c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.

d) O ICMS incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.

e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

Questão 37

Assinale a alternativa correta:

a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.

b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.

c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.

e) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo permitida a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

Questão 38

Sobre o IPI, assinale a alternativa incorreta.

a) O IPI deve ser seletivo, variando a alíquota em função da essencialidade do produto.

b) O IPI deve ser não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.

c) A cobrança do imposto de produtos industrializados na importação de veículo automotor por pessoa natural ofende a Constituição Federal.

d) A Constituição estabelece hipótese de imunidade do IPI com relação aos produtos destinados ao exterior.

e) O IPI terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

Questão 39

Julgue as proposições abaixo:

i) A competência tributária, embora não possa ser delegada em nenhuma hipótese, pode ser avocada pela entidade federativa superior em caso de calamidade pública ou guerra externa.

ii) A competência tributária pode ser delegada em caso de relevância e urgência.

iii) A capacidade tributária ativa pode ser delegada, desde que aprovada por 2/3 dos parlamentares da entidade federativa interessada.

a) Todas as afirmativas estão corretas.

b) Nenhuma das alternativas está correta.

c) Apenas a afirmativa do item i está correta.

d) Apenas a afirmativa do item ii está correta.

e) Apenas as afirmativas dos itens ii e iii estão corretas.

Questão 40

De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta:

a) O IPVA pode incidir sobre embarcações e aeronaves, desde que exista lei estadual nesse sentido.

b) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD.

c) Mesmo após a Emenda Constitucional 33/2001, é inconstitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedique habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços.

d) O ICMS incide na operação de arrendamento mercantil internacional, mesmo quando não configurada a transferência da titularidade do bem.

e) O ICMS compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.

Questão 41

De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

a) É constitucional a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no que estabeleceu a possibilidade de previsão legal de alíquotas progressivas para o IPTU de acordo com o valor do imóvel.

b) É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.

d) Não Incide o IPTU de imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 42

Assinale a alternativa incorreta:

a) O ente público pode figurar como credor ou devedor em uma relação obrigacional. Quando figura no polo passivo, a legislação lhe confere diversas prerrogativas para o pagamento do seu débito, do que é exemplo o precatório. Quando aparece no polo ativo, também há um caminho privilegiado para cobrança da prestação a que faz jus. Uma dessas prerrogativas da Fazenda Pública é apurar os créditos devidos e inscrevê-los em um livro chamado de “Dívida Ativa”, que tem como função organizar e racionalizar a cobrança desses créditos.

b) Uma vez inscrito o crédito em dívida ativa, seja ele de natureza tributária ou não tributária, faz-se possível a emissão de certidão que espelhe as informações constantes da inscrição, a qual é um título executivo extrajudicial.

c) O fato de o crédito ter sido inscrito em dívida ativa não impede que os juros moratórios continuem fluindo até que ocorra o pagamento da

prestação, e essa circunstância não retira a liquidez do crédito apurado.

d) A execução fiscal deve ser acompanhada da memória de cálculo, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito.

e) A nulidade da CDA poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Questão 43

Julgue os itens a seguir:

I) Embora a competência para instituição de taxas seja comum, isso não significa afirmar que as entidades federativas podem instituir taxas para o custeio de qualquer serviço público específico ou divisível ou para o custeio de qualquer atividade fiscalizatória. Há a necessidade de pertinência entre a atividade estatal e a competência da entidade federativa.

ii) Diferentemente do que ocorre com a taxa de serviço público, que pode ser cobrada em razão de uma prestação potencial, tratando-se de taxa de polícia, a sua cobrança apenas se justifica diante do exercício regular da atividade fiscalizatória, sendo vedada a cobrança em potencial

iii) O serviço público específico (uti singuli) é aquele que é usufruído individualmente por cada um dos seus usuários, contrapondo-se ao serviço público geral ou genérico (uti universi), no qual os administrados fruem coletivamente da atividade estatal. Ambos podem ser remunerados por meio de taxas.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Nenhuma das afirmativas está correta.
- c) Apenas a afirmativa do item I está correta.
- d) Apenas a afirmativa do item II está correta.
- e) Apenas a afirmativa do item III está incorreta.

Questão 44

Sobre as contribuições de melhoria, julgue os itens a seguir:

I) A competência tributária para instituir contribuições de melhoria é comum, ou seja, pode ser exercida por todas as entidades federativas.

II) A contribuição de melhoria pode ser instituída para custear obras de recapeamento asfáltico, sendo desnecessário, nesse caso específico, a demonstração da valorização imobiliária.

III) O valor da contribuição de melhoria deve observar como limite apenas o total da despesa realizada.

- a) Apenas a afirmativa do item I está correta.
- b) As afirmativas dos itens I e II estão corretas.
- c) As afirmativas dos itens I e III estão corretas.
- d) As afirmativas dos itens II e III estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa do item III está correta.

Legislação Tributária Estadual

Questões 45

João faleceu recentemente, deixando uma viúva, Maria, e um filho, Pedro. Quanto aos bens, deixou apenas 1 (um) imóvel no valor de R\$ 1.000.000,00, localizado na capital do Estado da Paraíba. O correspondente inventário foi processado no Estado da Bahia. Logo no início do referido inventário Pedro renunciou à herança em favor do monte, antes de praticar qualquer ato que demonstrasse a sua intenção de aceitá-la. Com base no caso apresentado, considerando as disposições da Lei Paraibana nº 5.123/89, que disciplina a incidência do ITCMD no referido Estado, em especial o inciso I do art. 9º, segundo o qual o herdeiro ou legatário é o contribuinte do imposto nas transmissões causa mortis, é correto afirmar que:

- a) A renúncia à herança em favor do monte, assim como descrita, caracteriza hipótese de doação, estando sujeita, portanto, à incidência do ITCMD.
- b) Pedro é contribuinte do ITCMD incidente na transmissão causa mortis em questão relativamente ao seu quinhão hereditário.
- c) Pedro não é contribuinte do ITCMD incidente na transmissão causa mortis em questão relativamente ao seu quinhão hereditário.

d) O ITCMD não pode ter alíquotas progressivas, por falta de disposição constitucional expressa autorizadora.

e) A competência tributária relativamente a bens imóveis é do estado no qual se processar o inventário ou o arrolamento.

Questões 46

Jorge alienou um veículo automotor a Ricardo no ano de 2018. Vendedor e comprador, ambos domiciliados no Estado da Paraíba, não informaram esse negócio jurídico ao órgão de trânsito do Estado quando da sua celebração. Tal comunicação ocorreu somente em meados do ano de 2019, quando já lançado o IPVA do exercício de 2019. De acordo com o disposto na Lei Estadual Paraibana nº 11.007/17, é correto afirmar que:

a) Jorge não tem qualquer responsabilidade quanto ao IPVA do exercício de 2019, pois, nos termos da lei estadual em questão, em perfeita consonância com a CF/88, contribuinte do imposto é o proprietário do veículo automotor.

b) Jorge é considerado responsável solidário quanto ao IPVA do exercício de 2019.

c) Ocorre, no caso, hipótese de substituição tributária relativamente ao IPVA do exercício de 2019, e Jorge é considerado o substituto.

d) A responsabilidade de Jorge pelo pagamento do IPVA de 2019 é subsidiária, havendo, no caso, benefício de ordem.

e) A responsabilidade de Jorge pelo pagamento do IPVA é exclusiva e integral, como punição pela não comunicação do negócio jurídico à autoridade de trânsito.

Questão 47

A indústria Alfa vende equipamentos eletrônicos para o distribuidor Beta, que os revende, por sua vez, aos consumidores finais. Todas as operações ocorrem dentro dos limites do Estado da Paraíba, onde vigora a Lei Estadual nº 6.379/96, dentre outras disposições normativas, que atribuem à indústria o dever de recolhimento do ICMS relativos às operações subsequentes, em regime de substituição tributária. Assim, com base na legislação em questão, o Estado da Paraíba exigiu de Alfa todo o ICMS incidente sobre a cadeia acima

descrita. Cumprindo a legislação, Alfa, substituta tributária, recolheu o ICMS incidente na operação própria e também na operação subsequente, obedecendo ao regime de substituição tributária. O ICMS recolhido no regime de substituição tributária foi calculado sobre o valor presumido de venda das mercadorias ao consumidor final. Ocorre que a distribuidora Beta, substituída, comercializou os equipamentos adquiridos de Alfa pela metade do preço que fora presumido para fins de recolhimento do imposto no regime de substituição tributária. Como a base de cálculo real do imposto foi inferior àquela presumida, é certo que a indústria Alfa recolheu, como contribuinte substituta, um valor de ICMS maior do que o realmente devido. De acordo com as disposições da Lei Estadual nº 6.379/96, é correto afirmar que:

a) Alfa tem direito à restituição do valor do imposto pago à maior por força da substituição tributária, uma vez que o fato gerador real foi praticado em valor inferior ao presumido.

b) Beta tem direito à restituição do valor do imposto pago à maior por força da substituição tributária, uma vez que o fato gerador real foi praticado em valor inferior ao presumido.

c) A legitimidade para pleitear a restituição é de Alfa, que só poderia fazê-lo se o fato gerador real não se realizasse, pois a sua prática em valor inferior ao presumido não implica no direito de devolução.

c) A legitimidade para pleitear a restituição é de Beta, que só poderia fazê-lo se o fato gerador real não se realizasse, pois a sua prática em valor inferior ao presumido não implica no direito de devolução.

e) Alfa e Beta podem, em regime de solidariedade, pleitear a restituição do valor do imposto pago à maior por força da substituição tributária, uma vez que o fato gerador real foi praticado em valor inferior ao presumido.

Questão 48

A empresa Alfa é proprietária de uma frota de veículos automotores que disponibiliza para locação. Todos os veículos estão registrados no órgão de trânsito do Estado de Goiás, onde localizada a sua sede. Ocorre que os veículos estão disponíveis para entrega ao locatário no Estado da Paraíba, onde localizado um dos escritórios da empresa locadora. Ocorre que Alfa entende inconstitucional a exigência do IPVA sobre a propriedade desses veículos pelo Estado da Paraíba, que o faz com base no art. 6º da Lei Estadual Paraibana nº 11.007/17, segundo o qual o imposto será devido no local do domicílio do proprietário do veículo, no Estado, considerando-se domicílio o estabelecimento onde o veículo estiver disponível para entrega ao locatário na data da ocorrência do fato gerador, na hipótese de contrato de locação. De acordo com a referida empresa, o IPVA é devido ao Estado onde registrado o veículo, conforme a exegese do art. 158, inciso III, da CF/88. Ao alegar tal inconstitucionalidade em impugnação administrativa, Alfa teve o seu pedido indeferido em primeira instância. Inconformada, recorreu da decisão para o Conselho de Recursos Fiscais do Estado, sendo que o recurso se encontra pendente de decisão. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) No julgamento do processo administrativo tributário é sempre permitido afastar a aplicação de lei sob alegação de inconstitucionalidade.
- b) No julgamento do processo administrativo tributário é vedado afastar a aplicação de lei sob alegação de inconstitucionalidade, ressalvadas as hipóteses em que a inconstitucionalidade tenha sido proclamada em ação direta de inconstitucionalidade ou por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em via incidental, desde que o Senado Federal tenha suspenso a execução do ato normativo.
- c) No julgamento do processo administrativo tributário é vedado afastar, em qualquer hipótese, a aplicação de lei sob alegação de inconstitucionalidade.
- d) O STF já decidiu, em regime de repercussão geral, que as legislações estaduais, como a do

Estado da Paraíba, que prescrevem que o IPVA é devido em favor do Estado no qual se encontra sediado ou domiciliado o contribuinte, é compatível com a Constituição Federal.

e) O STF já decidiu, em regime de repercussão geral, que as legislações estaduais, como a do Estado da Paraíba, que prescrevem que o IPVA é devido em favor do Estado no qual se encontra sediado ou domiciliado o contribuinte, é incompatível com a Constituição Federal.

Direito Civil

Questão 49

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-lei 4.657, de 1942 e suas alterações), é formada por normas que incidem no campo da atuação dos agentes públicos. A respeito dessas normas, assinale a seguir a alternativa incorreta:

- a) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- b) Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
- c) As sanções imputadas ao agente serão aplicadas independentemente das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
- d) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.
- e) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Questão 50

Sobre o regime de bens previsto, é correto afirmar:

- a) É inválida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.
- b) É válida a penhora do bem de família do fiador no caso de contratos de locação comercial.
- c) É inválida a penhora de bem de família quando a dívida é oriunda de cobrança de taxas e despesas condominiais.
- d) É válida a penhora do bem de família quando for dado em garantia real de dívida por um dos sócios da pessoa jurídica, cabendo ao devedor o ônus da prova de que o proveito se reverteu à entidade familiar.
- e) É válida a penhora do bem de família quando os únicos sócios da empresa devedora são os titulares do imóvel hipotecado, sendo ônus dos proprietários a demonstração de que não se beneficiaram dos valores auferidos.

Questão 51

Assinale a alternativa correta no que se refere aos defeitos dos negócios jurídicos:

- a) São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- b) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará o negócio ainda quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.
- c) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos.
- d) O dolo substancial, que se dá quando a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo, só obriga à satisfação das perdas e danos.
- e) Configura-se lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua

família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

Questão 52

Assinale a alternativa que não corresponde ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Nos contratos de seguro regidos pelo Código Civil, a correção monetária sobre a indenização securitária incide a partir da contratação até o efetivo pagamento.
- b) A embriaguez do segurado exime a seguradora do pagamento da indenização em contrato de seguro de vida.
- c) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões ou benfeitorias.
- d) Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade.
- e) É possível cumular a indenização do dano moral com a reparação econômica da Lei de Anistia Política.

Questão 53

Sobre o Direito de Laje, é correto afirmar:

- a) O direito de laje não se configura como direito real, vez que os direitos reais possuem como característica marcante a tipicidade.
- b) O direito real de laje contempla o espaço aéreo ou o subsolo, desde que de terrenos privados, tomados em projeção vertical, como unidade imobiliária autônoma, não contemplando as demais áreas edificadas ou não pertencentes ao proprietário da construção-base.
- c) É expressamente vedado ao titular da laje prejudicar com obras novas ou com falta de reparação a segurança, a linha arquitetônica ou o arranjo estético do edifício, observadas as posturas previstas em legislação local.
- d) A instituição do direito real de laje implica a atribuição de fração ideal de terreno ao titular da laje ou a participação proporcional em áreas já edificadas.

e) O titular da laje poderá ceder a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje, ainda que não haja autorização expressa dos titulares da construção-base e das demais lajes, desde que respeitadas as posturas edilícias e urbanísticas vigentes.

Questão 54

Assinale a alternativa que não apresenta entendimento jurisprudencial acerca do contrato de compra e venda de imóvel.

a) Decretada a resolução do contrato de compra e venda de imóvel, com a restituição das parcelas pagas pelo comprador, o retorno das partes ao estado anterior implica o pagamento de indenização pelo tempo em que o comprador ocupou o bem, desde a data em que a posse lhe foi transferida.

b) O direito à adjudicação compulsória condiciona-se ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis.

c) Havendo compromisso de compra e venda não levado a registro, a responsabilidade pelas despesas de condomínio pode recair tanto sobre o promitente vendedor quanto sobre o promissário comprador, dependendo das circunstâncias de cada caso concreto.

d) O promitente comprador do imóvel e o proprietário/promitente vendedor são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.

e) Há presunção de prejuízo do promitente comprador a viabilizar a condenação por lucros cessantes pelo descumprimento do prazo para entrega de imóvel objeto de contrato de compromisso de compra e venda ou de compra e venda.

Questão 55

Cláudio e Marcelo, que convivem em união estável homoafetiva, sonhavam em ter um filho. Procuraram uma clínica de fertilização na companhia de Marcela, irmã de Marcelo, para um programa de inseminação artificial. Cláudio e Marcela submeteram-se ao ciclo de reprodução assistida, o qual gerou a concepção de um embrião, que deu origem, então, à Marcelina. Marcela, mãe de substituição, por meio de

escritura pública, renunciou ao seu poder familiar em relação ao nascituro. Posteriormente, Cláudio e Marcelo ajuizaram a ação pedindo que ambos fossem declarados pais da criança recém-nascida. Requerem o reconhecimento do pai biológico e do pai socioafetivo, mantendo em branco os campos relativos aos dados da genitora. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

a) A mãe está renunciando ao poder familiar e o tio da criança, Marcelo, está pretendendo adotá-la, tratando-se de um pedido de adoção unilateral que está sendo feito sem a observância das normas legais.

b) A adoção atribui a situação de filho ao adotado, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes consanguíneos, mesmo quanto aos impedimentos para o casamento.

c) A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.

d) É possível a inclusão de dupla paternidade em assento de nascimento de criança concebida mediante as técnicas de reprodução assistida heteróloga e com gestação por substituição, não configurando violação ao instituto da adoção unilateral.

e) A reprodução assistida heteróloga não é capaz de atribuir a condição de filho à criança resultante de técnica conceptiva heteróloga.

Questão 56

Assinale a alternativa que se relaciona à Teoria do Inferno da Severidade:

a) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

b) É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

c) O vendedor, salvo convenção em contrário, responde por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.

d) A indenização mede-se pela extensão do dano, mas se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

e) É obrigatório o regime da separação de bens no casamento de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial.

Direito Processual Civil

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), responda às seguintes perguntas.

Questão 57

Assinale a alternativa correta:

a) O rol de princípios elencados nos artigos iniciais do Código de Processo Civil é exaustivo.

b) Com a constitucionalização do direito processual civil, o contraditório, atualmente, é composto pelo trinômio: ciência, reação e poder de influenciar as decisões do juiz.

c) A Administração Pública pode se submeter à arbitragem, podendo escolher que ela seja resolvida pelo direito ou pela equidade, bem como pode optar pela publicidade ou pelo sigilo.

d) Em determinado processo, o juiz não decretou a nulidade existente no processo e requerida pelo réu, mas julgou o mérito a favor do próprio réu. Nesse caso, o juiz desrespeitou as regras do novo Código de Processo Civil.

c) O Código de Processo Civil prevê a identidade física do juiz.

Questão 58

Assinale a alternativa correta:

a) De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, são condições da ação: interesse de agir, legitimidade ad causam e possibilidade jurídica do pedido.

b) O modelo cooperativo, que atende à nova ordem do processo civil no Estado constitucional, propõe que o juiz seja assimétrico no decidir e na condução do processo.

c) É possível proferir decisão sem ouvir o réu em algumas hipóteses, como, por exemplo, em ações

possessórias, tutelas provisórias de urgência e tutela de evidência quando as alegações de fato estiverem de acordo com julgamento de casos repetitivos.

d) O prazo de *vacatio legis* do novo Código de Processo Civil foi de um ano decorrido da data de sua publicação, entrando em vigor no dia 17/03/2016.

e) Os processos sujeitos a sentença terminativa sem resolução de mérito se sujeitam à regra que determina a ordem cronológica de conclusão para a sentença.

Questão 59

Assinale a alternativa correta.

a) sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.

b) Para a existência do processo é indispensável a citação do réu ou do executado.

c) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando apenas a lei autorizar.

d) As provas requeridas ou determinadas de ofício antes do início da vigência do NCPC, mas produzidas depois, respeitam as disposições do NCPC.

e) A coisa julgada de questão prejudicial (art. 503, §1º, CPC) aplica-se aos processos iniciados sob a vigência do CPC/73, mas sentenciados já na vigência do novo Código de Processo Civil.

Questão 60

Marque a alternativa correta:

a) A prescrição só poderá ser analisada pelo juiz de primeiro grau. Caso não seja reconhecida na sentença, está precluso o direito de retomar tal discussão.

b) Segundo o princípio da inafastabilidade da jurisdição, o magistrado está limitado, na sua decisão, aos fatos jurídicos alegados e ao pedido formulado.

c) A citação válida induz litispendência, torna litigiosa a coisa, constitui em mora o devedor, interrompe a prescrição e torna prevento o juízo.

d) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito.

e) A incompetência relativa somente pode ser arguida por meio de exceção, não podendo o juiz, em hipótese alguma, declinar de ofício da competência em razão do lugar.

Questão 61

Assinale a alternativa incorreta.

a) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

b) O simples fato de alguém ter alienado seus bens após a citação, no processo de conhecimento, já caracteriza plenamente a fraude de execução, sejam os bens passíveis de registro ou não.

c) Compete à Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por conselho de fiscalização profissional.

d) Embora o STJ possua orientação de que constitui mera detenção a ocupação por particular de área pública sem autorização expressa e legítima do titular do domínio, entende cabível o manejo dos interditos possessórios em face de outros particulares para a defesa da posse.

e) É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública.

Questão 62

Marque a alternativa correta.

a) A intervenção de ente federal, a título de amicus curiae, desloca a competência para a Justiça Federal.

b) quando a prova pericial requerida pelo MP não seja realizada por entidade pública, não caberá à Fazenda Pública, mas sim ao próprio MP, adiantar

os custos respectivos, desde que haja previsão orçamentária.

c) o magistrado poderá punir os membros da Defensoria Pública, Ministério Público, Advocacia Pública e Advocacia Privada por ato atentatório à dignidade da justiça se descumprirem os comandos jurisdicionais.

d) Instaura-se o incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

e) A gratuidade garante a isenção de custas, taxas e despesas processuais, mas não de emolumentos.

Questão 63

Marque a alternativa incorreta:

a) A tutela provisória de urgência, antecipada ou cautelar, poderá ser concedida em caráter antecedente ou incidentalmente.

b) O réu que não comparecer injustificadamente a audiência de conciliação ou mediação designada pelo juiz não será considerado revel, mas lhe será aplicada multa por ato atentatório à dignidade da justiça.

c) Após as providências preliminares de saneamento, se o juiz decidir parte do mérito da causa antecipadamente, a cognição é exauriente e o recurso cabível será o agravo de instrumento, independentemente de a decisão ter sido líquida ou ilíquida.

d) O prazo dobrado para a Advocacia Pública se aplica em todos os procedimentos, salvo se houver previsão específica em sentido contrário, a exemplo dos prazos nos juizados especiais e do prazo de 30 dias para embargar a execução.

e) Nas provas orais produzidas em audiência, devem ser ouvidos, obrigatoriamente, nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu que prestarem depoimentos pessoais; as testemunhas arroladas pelo autor e, por último, as testemunhas arroladas pelo réu.

Questão 64

Marque a alternativa incorreta:

- a) A tutela de evidência será concedida, independente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- b) A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável.
- c) Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.
- d) A gravação da audiência pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.
- e) A produção antecipada da prova requerida antes do ajuizamento da demanda principal será utilizada somente na hipótese de o autor provar que o prévio conhecimento dos fatos é imprescindível para o ajuizamento de ação.

Questão 65

A resposta incorreta, conforme o NCPC e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:

- a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- b) Quando a sentença contiver condenação ilíquida ao pagamento de quantia, terá lugar o arbitramento, se assim exigir a natureza do objeto da liquidação. Se a sentença precisar de apenas cálculos aritméticos, não haverá liquidação, pois sentença já será considerada líquida.
- c) Os embargos à execução serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, aplicando-se, no caso, o art. 229 – prazo em dobro para litisconsórcios.
- d) Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.

e) Não é possível a penhora do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para o pagamento de honorários de sucumbência.

Questão 66

Considerando a jurisprudência sobre o NCPC, a resposta incorreta é:

- a) Os novos julgadores convocados na forma do art. 942 do CPC/2015 poderão analisar todo o conteúdo das razões recursais, não se limitando à matéria sobre a qual houve divergência.
- b) O rol do art. 1.015, CPC é de taxatividade mitigada, admitindo-se a interposição do agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
- c) O art. 85, § 7º, do CPC/2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ, de modo que são devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsórcio.
- d) Segundo o STJ, a concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige apenas dois requisitos: a presença de laudo médico fundamentado sobre a ineficácia dos fármacos fornecidos pelo SUS, bem como existência de registro na ANVISA. O STF, porém, permite que haja concessão de medicamentos mesmo sem registro na ANVISA, desde que se comprove mora irrazoável da autarquia.
- e) Os créditos das autarquias federais preferem aos créditos da Fazenda estadual desde que coexistam penhoras sobre o mesmo bem.

Questão 67

A resposta correta, conforme o NCPC e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:

- a) Depois de distribuída a ação, o autor requereu o aditamento da petição inicial para formular pedido de compensação por danos morais. De acordo com o Código de Processo Civil, a alteração do pedido ou da causa de pedir depende do consentimento do réu, se já tiver sido feita a citação, e não poderá ocorrer após o saneamento do processo. Se o autor quisesse desistir da petição inicial, poderia fazê-lo, sem consentimento do réu até o oferecimento da contestação.
- b) No cumprimento voluntário de sentença, o executado tem 15 dias corridos para pagar, podendo ser duplicado nos casos de litisconsortes cujos advogados sejam de escritórios distintos.
- c) É necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração quando inalterado o julgamento anterior.
- d) É cabível reclamação para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.
- e) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.

Questão 68

Segundo o NCPC, é incorreto afirmar:

- a) Quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, o juiz deve oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5o da Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, e o art. 82 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.
- b) Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo

diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

- c) A impenhorabilidade dos vencimentos não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais.
- d) A propositura de manutenção de posse, ao invés de reintegração, não obsta que o juiz conheça desta e outorgue a respectiva proteção legal, se provados os seus requisitos, podendo deferir liminar depois de ouvido o poder público.
- e) As astreintes poderão ser fixadas na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, necessitando, para tanto, de requerimento da parte.

Questão 69

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.
- b) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- c) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. Porém, a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquele objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- d) Uma vez interposta apelação, o juiz deve intimar o apelado para apresentar contrarrazões. Transcorrido o prazo de 15 dias, e não havendo interposição de apelação adesiva, deve remeter os autos ao tribunal, independentemente do juízo de admissibilidade.
- e) O IRDR poderá ser instaurado poderá ser instaurado quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, de que possa resultar prejuízo à isonomia e à segurança jurídica.

Questão 70

Assinale a assertiva que representa posição dos Tribunais Superiores a respeito do NCPC e da Tutela Coletiva:

- a) Se a ação civil pública proposta pelo Ministério Público for julgada procedente, não cabe condenação em honorários advocatícios, por ser verba destinada a advogado.
- b) Não há litisconsórcio passivo necessário entre o agente público e os terceiros beneficiados com o ato ímprobo, sendo viável que a ação civil por improbidade seja proposta exclusivamente contra os particulares, sem concomitante presença do agente público no polo passivo da demanda.
- c) A legitimidade da Defensoria Pública para a tutela coletiva se restringe à proteção daquelas pessoas carentes de recursos econômicos.
- d) O benefício do prazo em dobro aplica-se à defesa do ente público em sede de ação popular.
- e) A ação de improbidade deve ser ajuizada e processada nas instâncias ordinárias, salvo se a conduta ímproba tiver sido praticada por agente público com foro privilegiado.

Direito Empresarial

Questão 71

Considera-se empresário quem:

- a) Exerce, ainda que eventualmente, atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- b) Exerce profissionalmente qualquer atividade de forma organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- c) Exerce profissionalmente atividade econômica para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- d) Exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- e) Exerce profissionalmente atividade intelectual para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Questão 72

Quanto à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) Desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- b) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por cumprimento, ainda que esporádico, pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- c) A mera existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- d) Constitui desvio de finalidade a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- e) Em caso de desvio de finalidade, caracterizado pelo abuso de personalidade jurídica ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

Questão 73

A respeito da sociedade limitada, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.
- b) O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- c) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- d) A sociedade limitada não pode ser constituída por 1 (uma) única pessoa.

e) É vedada contribuição que consista em prestação de serviços.

Questão 74

Em relação à Junta Comercial, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis (Sinrem) é composto pelos seguintes órgãos: Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) e Juntas Comerciais.

b) Qualquer pessoa, desde que provado legítimo interesse, poderá consultar os assentamentos existentes nas juntas comerciais e obter certidões, mediante pagamento do preço devido.

c) Os serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins serão exercidos, em todo o território nacional, de maneira uniforme, harmônica e interdependente, pelo Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis (Sinrem).

d) As juntas comerciais poderão desconcentrar os seus serviços, mediante convênios com órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos, preservada a competência das atuais delegacias.

e) As juntas comerciais subordinam-se, administrativamente, ao governo do respectivo ente federativo e, tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

Questão 75

Quanto ao crédito tributário na falência, assinale a alternativa correta:

a) O crédito tributário na falência encabeça a ordem de pagamentos, sendo, portanto, superprivilegiado.

b) Em razão da opção do legislador pela expressão “créditos tributários”, essa classe não engloba créditos parafiscais.

c) Nada obstante o emprego da expressão “créditos tributários” na classificação de créditos da Lei nº 11.101/05, essa classe engloba créditos fiscais (tributário e não tributários) e parafiscais.

d) Dentro dos créditos tributários, há diferença entre dívida tributária federal, estadual e municipal.

e) As multas tributárias estão no mesmo patamar classificatório do que os créditos tributários.

Questão 76

A respeito do Estado-acionista, assinale a alternativa correta:

a) O Estado-acionista confunde-se com a figura do Estado-empresário.

b) O Estado-acionista atua por meio de suas empresas estatais.

c) A figura do Estado-acionista não possui embasamento constitucional.

d) A ação de classe especial é instrumento constante nas empresas estatais.

e) Além de sua função de regulador, o Estado pode atuar na atividade econômica de duas formas: (a) por meio das empresas estatais (empresa pública e sociedade de economia mista), na condição de Estado-empresário e; (b) na condição de acionista de sociedades empresárias externas à estrutura da Administração Pública.

Direito do Trabalho

Questão 77

Em relação às alterações do contrato de trabalho, marque a alternativa correta de acordo com as disposições celetistas:

a) A reversão não é considerada alteração unilateral do contrato de trabalho, muito embora assegure ao empregado a manutenção do pagamento da gratificação de função correspondente, quando resultar de determinação patronal sem justo motivo.

b) É ilícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

c) Admite-se a alteração para o regime de tempo parcial, desde que realizada mediante opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de negociação coletiva.

d) empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua

residência, tem direito a adicional de transferência de no mínimo 25% do salário do empregado.

e) no uso de seu poder diretivo, o empregador pode determinar que o empregado passe a laborar em outro local, desde que tal alteração nunca implique mudança de residência do empregado.

Questão 78

Tício, sócio-administrador da empresa Mamanguape Ltda., consultou João Pessoa quanto à necessidade de controle da jornada de trabalho desempenhada pelos empregados da sociedade empresária. Orientando seu cliente de acordo com a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, João Pessoa asseverou que é obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída:

- a) para empresas com mais de dez trabalhadores.
- b) para estabelecimentos com mais de dez trabalhadores.
- c) para empresas com mais de vinte trabalhadores.
- d) para estabelecimentos com mais de vinte trabalhadores.
- e) sendo possível o controle de ponto por exceção, condicionado necessariamente à celebração de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

Questão 79

A sociedade empresarial Jabi Tacá Ltda. contratou Mévio para prestar serviços de auxiliar administrativo, por prazo indeterminado, para recebimento de salário mensal de R\$ 2 mil com jornada de trabalho de 44 horas semanais. Nesta hipótese, a sociedade deverá:

- a) anotar a referida contratação na CTPS de Mévio no prazo de quarenta e oito horas.
- b) anotar a referida contratação na CTPS de Mévio no prazo de cinco dias úteis.
- c) obrigatoriamente celebrar contrato de trabalho por escrito.
- d) submeter a celebração do contrato à homologação sindical.
- e) anotar a referida contratação na CTPS de Mévio no prazo de cinco dias corridos.

Questão 80

Em relação ao contrato de trabalho, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O exercício do poder fiscalizatório pelo empregador não pode se dar de forma desmesurada, não se admitindo a realização de revistas íntimas nas empregadas de empresas de guarda de bens e valores.
- b) No uso do poder diretivo pode o empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.
- c) A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, salvo nas hipóteses em que forem necessários procedimentos ou produtos diferentes dos utilizados para a higienização das vestimentas de uso comum.
- d) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
- e) O contrato de trabalho intermitente pode ser celebrado verbalmente ou por escrito.

Questão 81

No que se refere à extinção contratual mediante acordo, julgue os itens que se seguem:

- a) será devida pela metade a indenização relativa às férias proporcionais.
- b) o empregado estará autorizado a sacar integralmente seu saldo junto ao FGTS.
- c) o aviso prévio indenizado será devido pela metade.
- d) o empregado estará autorizado a ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.
- e) o décimo terceiro salário será devido pela metade.

Questão 82

Considere as hipóteses abaixo:

I. A categoria de trabalho de Hiram está em greve, período em que não houve pagamento de salários, segundo autorização judicial.

II. Wagner foi eleito diretor da empresa na qual era empregado.

III. Adriana está em gozo de intervalo para repouso e alimentação, não computado na jornada de trabalho.

IV. Alice compareceu em juízo em decorrência de convocação judicial para atuar como testemunha.

Tratam-se de hipóteses de suspensão do contrato de trabalho as indicadas em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, II e III.

Questão 83

Em relação à comissão para entendimento direto prevista no art. 510-A e seguintes da CLT, marque a alternativa correta:

- a) Entre as atribuições expressas desta comissão, está a celebração de acordos coletivos com o empregador.
- b) Para organizar as eleições é formada uma comissão, a qual deve ser integrada por cinco empregados, candidatos ou não, vedada a interferência da empresa e do sindicato da categoria.
- c) Os empregados da empresa poderão candidatar-se à representação, exceto aqueles com contrato de trabalho por prazo determinado, com contrato suspenso ou que estejam em período de aviso prévio (trabalhado ou indenizado).
- d) O membro que houver exercido a função de representante dos empregados na comissão poderá se recandidatar apenas nos dois períodos subsequentes.

e) Serão eleitos membros da comissão de representantes dos empregados os candidatos mais votados, em votação secreta, permitido o voto por representação.

Questão 84

Para não perderem os jogos da *Champions League* deste ano transmitidos durante o horário de expediente, três empregados da AlfaBetaGama Ltda. acertaram entre si que iriam permanecer no local de trabalho, dedicando-se exclusivamente a assistir aos jogos. Nesta situação, a partir da atual redação da CLT, pode-se concluir que o período de tempo em que os empregados permanecem nesta atividade

- a) é considerado tempo à disposição do empregador, pois trata-se de atividade desempenhada dentro das dependências da empresa.
- b) é considerado tempo à disposição do empregador, na medida em que o empregador concordou com tal situação.
- c) não é considerado tempo à disposição do empregador, mas poderá ser computado como período extraordinário, caso exceda a jornada normal de trabalho.
- d) deve ser computado na jornada de trabalho, porquanto futebol é símbolo constitucional da República Federativa do Brasil, o que reveste a atividade de caráter patriótico, diretamente ligada aos valores sociais do trabalho e à dignidade do trabalhador.
- e) não é considerado tempo à disposição do empregador, podendo tal período ser compensado no mesmo mês mediante ajuste escrito ou tácito.

Direito Processual do Trabalho

Questão 85

A competência material da Justiça do Trabalho é fixada pelo pedido e pela causa de pedir. Desta forma, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) A Justiça do Trabalho tem competência material para processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação empresarial.
- b) A Justiça do Trabalho tem competência material para processar e julgar os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista e previdenciária, inclusive entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada.
- c) A Justiça do Trabalho tem competência material para processar e julgar as ações de indenização por dano moral e material, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidente de trabalho e doenças a ele equiparadas, mas não para as propostas pelos dependentes ou sucessores do trabalhador falecido.
- d) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- e) Não compete à Vara do Trabalho o julgamento dos dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.

Questão 86

Assinale a alternativa correta de acordo com as novas regras advindas da reforma trabalhista (Lei 13.467/17):

- a) O preparo é um pressuposto recursal extrínseco englobando as custas e o depósito recursal. Nesse sentido, exige-se depósito recursal como requisito de propositura de determinados recursos, exceto quanto aos Embargos Infringentes no TST.
- b) O depósito recursal, exigido do empregado e do empregador, também deverá ser feito nas hipóteses de ações de natureza declaratória, constitutiva, obrigação de fazer e obrigação de não fazer.

c) Cabe recurso de revista para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

d) É cabível recurso adesivo nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

e) São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as empresas de pequeno porte, as microempresas e os empregadores domésticos.

Questão 87

O procedimento sumaríssimo no processo de trabalho possui diversas peculiaridades quando comparado ao procedimento ordinário. Considerando o disposto na legislação em pauta, assinale a alternativa correta:

- a) Os dissídios individuais submetidos ao rito sumaríssimo devem ser apreciados em até vinte dias, contados de seu ajuizamento.
- b) Não se aplica às demandas nas quais é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, ainda que o valor da causa não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da demanda.
- c) Se necessário a citação por edital, o juiz determinará o prazo que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, fluindo da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira.
- d) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
- e) Somente é cabível recurso de revista, no procedimento sumaríssimo, por violação literal de disposição de lei federal, e recurso de embargos, quando demonstrada divergência jurisprudencial entre Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, na conformidade da jurisprudência uniforme deste Tribunal.

Questão 88

Em relação ao entendimento sumulado no Tribunal Superior do Trabalho, em matéria processual trabalhista, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo a organização judiciária trabalhista, não cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho da decisão do Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória.
- b) O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, considerando que a interposição antecipada deste prejudica a dilação legal.
- c) O depósito recursal, exigido do empregado e do empregador, também deverá ser feito nas hipóteses de ações de natureza declaratória, constitutiva, obrigação de fazer e obrigação de não fazer.
- d) Em havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito pleitear sua exclusão da lide.
- e) A impetração de mandado de segurança é cabível, quando o juiz conceder tutela provisória antes da sentença. Não cabe recurso ordinário dessa decisão.

Questão 89

Acerca da execução de sentença proferida pela Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Sendo ilíquida a sentença exequenda, de acordo com a CLT, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.
- b) Na fase de execução, a apresentação de embargos pressupõe a garantia da execução ou penhora de bens, estando dispensados(as) de referida exigência, entre outros, os Estados, os Municípios e as empresas públicas.
- c) Quando garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- d) A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo

Presidente do Tribunal apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.

- e) Após a elaboração da conta de liquidação, o juiz do trabalho deverá abrir às partes o prazo comum de oito dias para impugnação.

Questão 90

Fernando ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa "Sorte de Ouro" Ltda., postulando o pagamento de vale-transporte, FGTS não depositado em 6 meses do ano de 2017, horas extras, diferença em razão de equiparação salarial e verbas resilitórias. Em defesa, alega-se que Fernando é vizinho da empresa, portanto não utiliza transporte público; que depositou regularmente o FGTS na conta vinculada do empregado; que a quantidade e qualidade da produção do modelo era superior à do autor; que a convenção coletiva da categoria afirma que a jornada lançada nos controles é correta, pois o sistema foi auditado pelo sindicato de classe dos empregados; que a empresa não dispensou o reclamante, e sim que esse deixou de comparecer ao serviço.

Em relação ao ônus da prova no caso apresentado, à luz da jurisprudência do TST, é correto afirmar que:

- a) o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregado, por se tratar de fato constitutivo de seu direito;
- b) é do empregado o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o não pagamento é fato constitutivo do direito do autor;
- c) a presunção de veracidade da jornada de trabalho pode ser elidida por prova em contrário, salvo se prevista em instrumento normativo;
- d) em processo que verse sobre pedido de equiparação salarial, é ônus do equiparando provar que desempenhava o seu trabalho com a mesma produtividade e a mesma perfeição técnica que o paradigma;
- e) é do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício.

Questão 91

Contra a decisão que julga o incidente de descon sideração da personalidade jurídica, em fase de execução trabalhista, é cabível

- a) embargos à execução.
- b) agravo de instrumento.
- c) recurso ordinário.
- d) agravo de petição.
- e) agravo interno.

Questão 92

No tocante aos honorários periciais e advocatícios no processo do trabalho, considere:

I. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 20% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença, do proveito econômico obtido ou não, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

II. Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

III. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita. Entretanto, deverá ter obtido créditos em juízo capazes de suportar a referida despesa, ainda que em outro processo, caso contrário, a União responderá pelo encargo.

IV. Na justiça do trabalho, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência de assistência por sindicato.

Tendo em vista as alterações introduzidas na CLT, pela Lei nº 13.467/2017, está correto o que consta em

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e IV, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I e II, apenas.

Direito Previdenciário

Questão 93

A Previdência Social existe para garantir a manutenção do indivíduo e de sua família durante os momentos em que o segurado, de maneira temporária ou definitiva, estiver impossibilitado de provê-la.

A respeito da aposentadoria do servidor abrangido por regime próprio de previdência, assinale a alternativa correta:

a) A aposentadoria por invalidez permanente do servidor abrangido pelo regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal terá proventos integrais desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

b) O tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e o tempo de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria exigidos nos termos do art. 40, §1º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 deve ser cumprido integralmente na unidade federada em que o servidor se aposentar.

c) O servidor será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade.

d) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

e) A aposentadoria por invalidez do servidor abrangido pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

Questão 94

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

São objetivos da seguridade, exceto:

- a) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- b) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c) irredutibilidade do valor dos benefícios.
- d) diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.
- e) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Questão 95

A respeito da forma de cálculo dos benefícios, o art. 40 da Constituição Federal estabelece que:

- a) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor nominal, conforme critérios estabelecidos em lei.
- b) No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
- c) Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de

previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

d) As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo.

e) A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime Geral de Previdência Social ou de servidor público federal será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

Questão 96

A respeito da Paraíba Previdência, entidade gestora do regime próprio dos servidores do Estado da Paraíba, assinale a alternativa correta:

- a) a entidade, constituída sob a forma de autarquia, vincula-se diretamente à Governadoria e é responsável pela administração de benefícios destinados a servidores civis e militares.
- b) a entidade, constituída sob a forma de fundação pública, vincula-se à Secretaria de Fazenda e é responsável pela administração de benefícios destinados apenas a servidores civis.
- c) a entidade, constituída sob a forma de fundação pública, vincula-se diretamente à Governadoria e é responsável pela administração de benefícios destinados apenas a servidores civis.
- d) a entidade integra a administração direta, possuindo a natureza jurídica de órgão da Governadoria, e é responsável pela administração de benefícios destinados apenas a servidores civis.
- e) a entidade integra a administração direta, possuindo a natureza jurídica de órgão da Governadoria, e é responsável pela administração de benefícios destinados a servidores civis e militares.

Questão 97

No que tange ao equilíbrio econômico-financeiro e à segregação de massas do RPPS dos servidores da Paraíba, é correto afirmar:

a) O Fundo Previdenciário Capitalizado é responsável por custear as despesas previdenciárias relativas aos segurados admitidos a partir da data da publicação da lei n. 9.939/12, ao passo em que o Fundo Previdenciário Financeiro é responsável por custear as despesas previdenciárias relativas aos segurados admitidos até a data da publicação dessa Lei.

b) O Fundo Previdenciário Financeiro é responsável por custear as despesas previdenciárias relativas aos segurados admitidos a partir da data da publicação da lei n. 9.939/12, ao passo em que o Fundo Previdenciário Capitalizado é responsável por custear as despesas previdenciárias relativas aos segurados admitidos até a data da publicação dessa Lei.

c) O Estado da Paraíba não realizou segregação de massas, sendo o Fundo Previdenciário Financeiro responsável por custear as despesas previdenciárias relativas a todos os segurados.

d) É vedada a transferência de recursos entre os Fundos Previdenciários Capitalizados e Financeiros.

e) Admite-se a utilização de recursos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais para fins de assistência financeira aos servidores, observado o teto aplicável ao Regime Geral de Previdência.

Questão 98

As contribuições previdenciárias para o custeio do RPPS da Paraíba possuem as seguintes alíquotas:

a) 9% para os servidores e 18% para o Estado, suas autarquias e fundações.

b) 11% para os servidores e 11% para o Estado, suas autarquias e fundações.

c) 11% para os servidores e 22% para o Estado, suas autarquias e fundações.

d) 14% para os servidores e 14% para o Estado, suas autarquias e fundações.

e) 14% para os servidores e 28% para o Estado, suas autarquias e fundações.

Questão 99

São dependentes do segurado da PBPrev, exceto:

a) o cônjuge ou convivente, companheiro ou companheira, inclusive do mesmo sexo, na constância do casamento ou da união estável.

b) os filhos menores não emancipados, na forma da legislação civil, ou inválidos de qualquer idade.

c) o menor, equiparado ao filho, sob tutela e que não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.

d) os pais, se economicamente dependentes do segurado, declarados como tais em Ação Declaratória de Dependência Econômica.

e) irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

Questão 100

Quanto ao regime previdenciário dos servidores públicos estaduais, é correto afirmar:

a) O servidor público civil ocupante, exclusivamente, de cargo declarado em lei de livre nomeação e exoneração é contribuinte obrigatório da previdência social sob o regime geral, independentemente do período do exercício.

b) Dada a natureza estatutária da relação entre o servidor ocupante de cargo declarado em lei de livre nomeação e exoneração e a Administração Pública, não cabe filiação ao regime geral de previdência e sim ao regime próprio.

c) A contribuição do regime geral da previdência para os servidores ocupantes de cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração é obrigatória, a partir da vigência da Emenda n. 20 à Constituição Federal.

d) O Estado pode instituir, para os servidores ocupantes de cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração, um terceiro regime previdenciário, contendo disposições que atendam às situações peculiares decorrentes da natureza administrativa do vínculo.

e) O servidor ocupante exclusivamente de mandato eletivo vincula-se, obrigatoriamente, ao regime próprio de servidores do respectivo ente da federação.